

Vagueza, força argumentativa e dêixis pessoal nos discursos políticos presidenciais de comemoração de Abril*

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.153.4>

Maria Aldina Marques**

* Este texto, com alterações pontuais, foi inicialmente publicado na série *Travaux et Documents* 62, *La dêixis et son expression dans les langues romanes*, publicada pela Universidade de Paris 8, a quem agradeço, nas pessoas do seu atual coordenador, Professor Doutor Camillo Faverezani, e da então coordenadora, Professora Doutora Maria Helena Araújo Carreira, a pronta anuência à sua integração na presente publicação.

** ELACH – CEHUM. Universidade do Minho. Investigação financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00305/2020 <https://doi.org/10.54499/UIDB/00305/2020>.

Resumo: Os discursos presidenciais de comemoração de Abril são discursos de influência. São um exercício de autoridade para apresentar ao Parlamento e ao país a visão do presidente sobre a revolução, sobre o passado de Portugal como nação entre as nações, mas também sobre o seu futuro político, económico e social, que antevê e deseja ver cumprido. Neste quadro político e discursivo, centrámo-nos na análise da dêixis pessoal e da sua força argumentativa, a partir da manifestação discursiva, nomeadamente, de usos categorizados como aproximativos ou vagos. Os dados para análise fazem parte de um *corpus* de discursos presidenciais de celebração do 25 de Abril (até ao centenário da República), de que foram selecionados os primeiros discursos proferidos por cada um dos quatro presidentes da República envolvidos neste evento discursivo de comemoração nacional.

Palavras-chave: argumentação, dêixis, discursos de celebração, usos aproximativos

A grande arma de um Presidente é a palavra.

Manuel Alegre, *Manifesto eleitoral*

1. Introdução

A comemoração da revolução de 25 de Abril de 1974 é um acontecimento político e social simbólico, onde o Presidente da República desempenha um papel estratégico em termos de funções e poderes presidenciais. De facto, o presidente faz a gestão da memória coletiva, do *espírito de Abril*, reafirmando a coesão nacional, mas faz também passar a sua agenda política, objetivo que é, até, explicitamente assumido pelo Presidente da República Jorge Sampaio, no último discurso do seu mandato (1). Aí, a escolha da expressão “Sempre pretendi” com valor aspetual frequentativo sublinha a sistematicidade do propósito presidencial. Por sua vez, o excerto (2) particulariza um aspeto dessa agenda, agora da responsabilidade do Presidente Cavaco Silva.

(1) *Sempre pretendi, com as mensagens que, anualmente, aqui deixei, ajudar à construção de um país à altura da esperança que o 25 de Abril trouxe aos portugueses.* (Jorge Sampaio, 2005)

(2) Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Não quero limitar-me ao diagnóstico. *Quero apelar a uma intervenção mais ampla e mais coerente* naquilo que, mais do que uma soma de dramas individuais, é – e deve ser – um peso na nossa consciência colectiva.

Quero propor um compromisso cívico, um compromisso para a inclusão social. (Cavaco Silva, 2006)

Em consequência, deve ser sublinhado que os discursos presidenciais de comemoração são de modo fundamental discursos de influência, no sentido em que são exercícios de autoridade presidencial, que apresentam ao Parlamento e ao país o pensamento do presidente sobre a Revolução, marco histórico agregador do evento, sobre o passado de Portugal, mas de modo central sobre o futuro político, económico e social do país.

Neste quadro político e discursivo, debruçámo-nos sobre a questão da dêixis pessoal e, em particular, sobre a referência aos participantes no ato de enunciação, isto é, no discurso e pelo discurso. Pretendemos analisar este processo de referenciação, marcado pela (in)determinação dos referentes discursivos, pela natureza polilógica do acontecimento discursivo e pela situação comunicativa dos participantes.

A indeterminação, ou vagueza, ou aproximação, como iremos referir abaixo, é uma característica das línguas em uso. A linguística da frase, no seguimento da chamada gramática tradicional, tem abordado e tratado esta questão, mas apenas no quadro de análise do sujeito sintático (Raposo 2020, p. 2477-2479). A abordagem que aqui fazemos é mais ampla e tem o discurso como unidade de análise, dado que vai além da unidade frásica, e está ancorada num quadro teórico enunciativo e discursivo¹.

Como refere Bazzanella (2011, p. 21), “There are several reasons for resorting to indeterminacy in language”. Três das razões apontadas para a sua ocorrência são claramente de natureza pragmático-discursiva; decorrem da escolha do locutor “motivated by subjective reasons (that is, one could be precise, but actually is not; [...]), or by communicative goals [...], or by interactants’ relationship with the speaker [...]” (Bazzanella, 2011, p. 22)².

A *indeterminação* é, contudo, uma noção teórica nem sempre clara, pelas ligações que diferentes investigadores estabelecem entre termos e noções afins. Aproximação, indeterminação, imprecisão ou vagueza ora são considerados sinónimos ora noções próximas, mas diversas, de que dão conta trabalhos como os de Vigara Tauste (1966); López Díaz (2003); Bazzanella (2011); Voghera (2013), entre outros. O excerto abaixo sublinha essa diversidade conceptual e terminológica:

The boundaries of indeterminacy are fuzzy and difficult to fix, both for the fluidity of the trait itself, and for the variety of labels that have been used; “vague language” (Channel 1994, Cutting 2007), “loose talk” (Mihatsch 2007), ‘approximate/imprecise expressions’ (or ‘approximation’, ‘imprecision’ cf. Wachtel 1989) will be considered here as possible synonyms of linguistic indeterminacy. (Bazzanella, 2011, p. 24)

¹ Em português Europeu, deve salientar-se, num quadro de análise pragmático-discursiva, os textos de Carapinha (2005a e 2005b) sobre discurso jurídico e vagueza.

² Encontra-se já em Powell (1985) a referência a uma dimensão avaliativa de expressões quantificadoras aproximativas.

Como Bazzanella, usaremos os diferentes termos como sinónimos. Propomos estudar a dêixis pessoal e a sua força argumentativa a partir da manifestação discursiva de usos que caracterizámos como *vagos*, *imprecisos*, *indeterminados* ou *aproximativos*.

Inseparável do conceito de polissemia, ou polifuncionalidade, das unidades linguísticas, a dêixis marcada por valores aproximativos dá conta da plasticidade dos valores referenciais dos deíticos em contexto e, sobretudo, de um estratégico posicionamento avaliativo assumido pelo locutor.

Dadas as limitações institucionais do regime semipresidencial português em que o presidente não tem poder executivo ou legislativo, e reconhecendo, também, que o modo como o presidente se mostra e se autodesigna nos discursos de comemoração nacional é uma estratégia central para a construção da sua mensagem política³, colocamos como hipóteses de trabalho que os pronomes deíticos *eu*, *nós*, *se*, entre precisão e imprecisão, são mecanismos linguísticos ao serviço da construção de uma estratégia discursiva de (des)inscrição gradativa da voz do locutor, com valores argumentativos fortes. Neste quadro político-discursivo, a dêixis pessoal assume valores aproximativos, de indeterminação referencial, regulados pragmaticamente.

Assim, estabelecemos como objetivo global da nossa investigação determinar os efeitos de sentido decorrentes do uso das formas pronominais *eu*, *nós* e *se*, nos discursos políticos comemorativos do 25 de Abril. De modo específico, propomo-nos:

1. Identificar os contextos de ocorrência dos pronomes *eu*, *nós*, *se*;
2. Determinar os valores da autodesignação presidencial associados aos diferentes pronomes pessoais;
2. Analisar as relações entre *eu*, *nós* e *se* com base na noção gradativa de aproximação ou vagueza;
4. Determinar os mecanismos de regulação contextual do valor de aproximação dos pronomes deíticos.

³ A importância da autodesignação dos locutores nos discursos políticos, e nos discursos em geral, está presente nos textos de Zupnik (1994), Carreira (2004), Marques (2000) e Lorda-Mur (2005).

5. Mostrar a importância da indeterminação referencial da dêixis pessoal e respetiva força argumentativa nos discursos políticos de comemoração de Abril.

2. Quadro teórico e metodológico

Ao focarmos o funcionamento discursivo da dêixis, fazemo-lo usando uma abordagem enunciativa e discursiva tal como tem sido desenvolvida por investigadores como Benveniste (1974), Kerbrat-Orecchioni (1980), Ducrot (1984), Fonseca (1996), Rabatel (2001, 2019), Moirand (2005), entre outros. Enquanto categoria deíctica, os pronomes pessoais são, como refere Kerbrat-Orecchioni (1980), factos enunciativos, isto é, são marcas linguísticas da presença do locutor no seu discurso. Fazer a análise segundo uma perspetiva discursiva implica considerarmos estas unidades microlinguísticas menos “pour elles-mêmes, que pour le rôle qu’elles sont amenées à jouer dans le cadre global de la textualité.” (Micheli & Pahud, 2012, p. 89). Da indeterminação do sujeito sintático, estudado pela sintaxe, passamos, portanto, à análise da construção da dêixis como estratégia discursiva de identificação aproximada das vozes do discurso. Finalmente, o conceito de género discursivo é fundamental para a presente análise como princípio de pesquisa e categorização de modos de dizer historicamente situados, que influenciam a construção discursiva (Bakhtine, 1984, Adam, 2005).

2.1. Vagueza, argumentação e dêixis

Segundo Desmarchelier (2005, parag 34), “les outils de la *déixis* et les instances du discours [...] je / nous / vous, [...] constituent les premiers indices de l’orientation énonciative du texte”. Esta orientação enunciativa tem consequências ao nível da argumentação, tal como a concebe Amossy (2000), nomeadamente através da construção aproximativa da referenciação⁴ deíctica. Ainda que o valor deíctico pessoal prototípico seja um valor preciso, um valor deíctico determinado, característico de deícticos pessoais como a 1.^ap/sg, e que está presente nos discursos em análise, há todo um conjunto de meios para tornar estrategicamente vago um uso deíctico num enunciado. Importa realçar que essa plasticidade enunciativa é comum a todas as formas deícticas, incluindo a forma de 1.^ap/sg (Marques, 2000, 2014; Duarte & Marques, 2014). Na análise realizada, consideramos a questão da dêixis na relação com a aproximação ou indeterminação como uma estratégia de

⁴ Sobre referenciação cf., por exemplo, Mondada e Dubois (1995) e Cavalcante (2003).

referenciação, ou melhor, de indeterminação da referenciação. Seguimos a proposta básica e ampla de López Díaz (2003), que considera que “... a indeterminação baseia-se na falta de informação em situações em que os elementos em falta são impossíveis de detetar referencialmente” (p. 420), para, na análise, determinar as razões das escolhas feitas pelos presidentes da República. Daí termos assumido que o uso e a interpretação dos dêixicos são regulados pragmaticamente. Dado este enquadramento teórico, a análise da dêixis nos discursos presidenciais de celebração de Abril assenta na valorização do contexto geral, em particular do género de discurso, dos papéis sociais e comunicativos dos participantes e do cotexto linguístico.

2.1.1. Constituição e características do corpus analisado

Os dados da nossa análise fazem parte do *corpus* constituído pelos discursos presidenciais de comemoração do 25 de Abril. De 1977, data da primeira comemoração da revolução até 2011, centenário da implantação da República Portuguesa, há um total de 32 discursos. Durante este período, os quatro Presidentes, António Ramalho Eanes, Mário Soares, Jorge Sampaio e Aníbal Cavaco Silva, pronunciaram, respetivamente, 8 discursos (\pm 22 637 palavras), 8 discursos (\pm 13,623 palavras), 10 discursos (\pm 40 065 palavras) e 6 discursos (\pm 11 771 palavras). São discursos que se inserem num evento discursivo mais amplo, a sessão solene que se realiza no Parlamento, e onde participam outros oradores.

Trabalhámos, especificamente, com um *subcorpus* composto pelos primeiros discursos dos quatro Presidentes da República eleitos entre 1977 e 2006. A tabela abaixo resume os dados relativos aos quatro presidentes, seus discursos e o número de palavras por discurso:

Tabela I – Total de palavras dos discursos presidenciais analisados

	1977	1986	1996	2006	Total
António Ramalho Eanes	2072				
Mário Soares		2302			
Jorge Sampaio			2877		
Aníbal Cavaco Silva				2274	
					9255

Fonte: elaboração própria

Os dados da tabela mostram uma relativa homogeneidade em termos da quantidade de palavras por discurso; são discursos relativamente breves,

dada a complexidade, e ritualização, da cerimónia e o número de oradores envolvidos. De facto, para além do Presidente da República, que encerra as comemorações, intervêm os líderes das bancadas parlamentares e o Presidente da Assembleia da República.

3. Eu, nós, se. Referenciação, aproximação, argumentação e dêixis nos discursos de comemoração de Abril

Interessam-nos as categorias *eu*, *nós*, *se*⁵ enquanto factos enunciativos que representam vozes discursivas, especificamente um locutor singular ou um locutor coletivo. Em português, em situações de comunicação formal, de registo formal, em que ocorrem discursos previamente escritos e depois oralizados, é principalmente a forma verbal que marca a dêixis pessoal, mais do que a coocorrência de pronome + forma verbal, exceto no que concerne ao pronome *se*, que deve ser sempre explicitado. Os exemplos (3), (4) e (5) extraídos do primeiro discurso de comemoração ilustram estes usos.

- (3) *Somos* uma geração de sacrifício: *Quantos de nós*, em busca do pão ou por força do dever, *abandonámos* a terra e a família, o País e os amigos para voltar, tantos anos depois, marcados pelos encontros da morte, da violência, da injustiça?! (Ramalho Eanes, 1977)
- (4) Mas não *sou eu* o único português que assumiu compromissos com a Nação. Porque *recuso* demitir-me das responsabilidades que o povo português colocou sobre os meus ombros, é meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias responsabilidades. (Ramalho Eanes, 1977)
- (5) Na ausência de ordenamento legal, todos os dias *se assiste* a conflitos que, em rigor, têm de ser encarados como sabotagem económica. (Ramalho Eanes, 1977)

A simples quantificação das ocorrências nos quatro discursos presidenciais fornece informações interessantes, que reunimos na Tabela II, de que se

⁵ Consideramos que *se* pode ter valores dêiticos (os únicos que aqui são pertinentes), embora esteja sujeito a várias categorizações. Na *Gramática do Português*, de Raposo *et al.*, por exemplo, *se* é designado quer como pronome reflexo de terceira pessoa (2013, p. 458), quer como pronome átono de 3.^a pessoa (2013, p. 445) quer como *se* impessoal (2013, p. 446). De qualquer forma, para a análise agora realizada, importa que é um mecanismo linguístico ao serviço da construção de uma voz discursiva.

destaca o facto de *nós* ser a escolha preferida de todos os presidentes, com exceção do Presidente Jorge Sampaio, que opta em primeiro lugar pelo uso da forma de 1.^ap/sg.

Tabela II – Formas deícticas de pessoa nos discursos presidenciais

	EU / forma verbal	NÓS / forma verbal	SE + forma verbal
António Ramalho Eanes	5	29	8
Mário Soares	4	30	1
Jorge Sampaio	21	14	6
Aníbal Cavaco Silva	13	33	1

Fonte: elaboração própria

Na leitura dos dados, torna-se saliente que os presidentes optam, maioritariamente, por falar em nome de um coletivo. Apesar de o Presidente Jorge Sampaio preferir a forma de 1.^ap/sg, a diferença face às ocorrências da 1.^ap/pl é quantitativamente pequena.

É expectável que a origem desta voz plural predominante, dado que se trata de um discurso de comemoração nacional, seja o povo português, um grupo em que o locutor se integra. No entanto, é necessário considerar as escolhas enunciativas e os contextos de ocorrência para identificar essas particularidades e os seus efeitos discursivos.

3.1. Eu: evocar a legitimidade para fortalecer a convicção e a credibilidade

A análise das ocorrências de *eu* evidencia um valor preciso, marcando sempre a voz do locutor/enunciador (L/E) (Rabatel, 2019). Os contextos de ocorrência permitem identificar três valores, tendo em conta o estatuto político do presidente, o significado dos verbos escolhidos e o conteúdo temático do enunciado declarativo:

(a) O primeiro valor de *eu* evidencia a legitimidade política e institucional dos Presidentes, na referência explícita à cerimónia de tomada de posse presidencial, como ato de compromisso (“jurei garantir”):

(6) Em 14 de Julho do ano passado *jurei, neste mesmo lugar, garantir condições de existência de um Estado de direito democrático.* (Ramalho Eanes, 1977)

(b) O segundo valor afirma as convicções dos Presidentes, em torno de temas centrais como a democracia e a liberdade. Em (7) e (8), verbos de opinião (“creio”), sintagmas verbais com valor compromissivo (“não hesitarei”) e a retoma de discursos anteriores (“disse e hoje repito”) são marcas deste posicionamento assumido:

(7) *Creio* que nenhum outro quadro é mais adequado a essa celebração do que a Assembleia da República, sede da representação nacional e centro vital da nossa democracia, que – como uma vez *já disse e hoje repito* – todos os democratas têm o dever irrecusável de prestigiar. (Mário Soares, 1986)

(8) *Não hesitarei em tomar as medidas necessárias e correctas que assegurem a viabilidade da Nação* como sociedade livre onde valha a pena viver. (Ramalho Eanes, 1977)

(c) O terceiro valor que o uso de *eu* evidencia afirma a credibilidade – e autoridade – dos presidentes. O respeito das responsabilidades e compromissos assumidos perante Portugal são mostrados, em (9), no uso de estruturas predicativas como “recuso demitir-me das responsabilidades” e “é meu dever exigir”. O locutor mostra-se como exemplo e constrói um *ethos* de liderança num quadro de democracia:

(9) Mas não sou eu o único português que assumiu compromissos com a Nação. Porque *recuso demitir-me das responsabilidades* que o povo português colocou sobre os meus ombros, *é meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias responsabilidades.* (Ramalho Eanes, 1977)

Os presidentes estão empenhados em construir um posicionamento discursivo que conjuga, por um lado, a legitimidade institucional conferida pelo cargo que ocupam e, por outro lado, uma dimensão pessoal de credibilidade, que fortaleça a autoridade das suas palavras, e que é fundamental para a sua imagem e os seus desígnios (Charaudeau, 2005; Marques, 2014). O recurso à forma deíctica de primeira pessoa faz parte dessa estratégia argumentativa.

3.1.2. Nós: indeterminar o compromisso (e a responsabilidade) com o enunciado e a enunciação

É a deslocação do centro deíctico de *eu* para *nós* que caracteriza a construção enunciativa dos discursos presidenciais, em concordância, aliás, com a função do presidente, garante da coesão nacional. Através do uso do pronome de 1.^ap/pl, ocorre uma desinscrição enunciativa do locutor, mais ou menos evidente na superfície discursiva dependendo dos contextos linguísticos. Este procedimento discursivo preserva a sua imagem, amalgamada a uma comunidade difícil de delimitar com precisão. Sobressaem três categorias, tendo em conta o processo de referenciação em curso que apoia a interpretação dos deícticos:

(a) *Nós, o povo*

O presidente fala em nome do povo (10), mas também em nome próprio. Num contexto de assertividade não modalizada, a indeterminação agrega e identifica as convicções e os desígnios presidenciais com as crenças e desejos que ele atribui ao povo (11), materializados no ato exortativo final “sejamos, orgulhosamente, portugueses”:

(10) *Vivemos* hoje numa sociedade aberta, responsável, pacífica, de incontestável vitalidade democrática, onde as instituições funcionam com normalidade. (Mário Soares, 1986)

(11) Portugal e os Portugueses não são estrangeiros em nenhuma parte do mundo. Vencidos os estigmas do ostracismo a que *estivemos sujeitos* durante tantas décadas, restaurada a dignidade e o *nosso* próprio prestígio externo, tendo hoje uma presença e uma voz indiscutíveis na comunidade internacional, recuperados os valores da liberdade e da tolerância, que identificam a cultura humanista e o universalismo português, *sejamos*, orgulhosamente, portugueses. (Mário Soares, 1986)

(b) *Nós, os políticos*

Nestes usos, trata-se sobretudo do apelo a uma classe política dirigente, empenhada no processo de democratização do país. Em (12), os compromissos assumidos no passado sustentam a exortação presidencial:

- (12) Os compromissos que *firmámos com o povo* que a todos elegeru impõem que *reflectamos* nas responsabilidades, como esse mesmo povo crescentemente reclama. (Ramalho Eanes, 1977)

(c) *Nós, os outros*

Nós representa, neste contexto, um grupo com contornos indefinidos. Dado que, no exemplo (13), o presidente está a falar de deputados (Esta Assembleia da República) e que realiza um ato de censura, este *nós* é na verdade um vós, ou seja, os destinatários primeiros, a individualizar do conjunto dos alocutários/destinatários com funções parlamentares:

- (13) Esta Assembleia da República recebeu do povo o encargo de traduzir os ideais da Revolução na realidade concreta do dia-a-dia dos cidadãos. *Não podemos continuar a iludir o futuro com base nas frustrações do passado.* (Ramalho Eanes, 1977)

Esta estratégia repete-se para apoiar atos de censura e divergências do presidente relativamente a outras instituições, políticas, mediáticas, ou, mesmo, em relação à sempre vaga opinião pública, e particularmente aos partidos políticos. É na indefinição dos limites referenciais de *nós* que reside esta plasticidade na interpretação. Cabe ao alocutário, se o desejar, identificar quem integra este *nós* grupal:

- (14) *Somos continuamente confrontados* com a máxima «é preciso *adaptarmo-nos*», como se não houvesse escolhas, nem alternativas: como se só houvesse uma solução possível. (Jorge Sampaio, 1996)
- (15) Um futuro de progresso e de bem-estar está ao nosso alcance e depende fundamentalmente de cada um de nós, porque a todos estão abertas iguais possibilidades de intervenção na sociedade e no Estado. Nesse aspecto, não *aceitamos* exclusões nem discriminações ou desculpas, sejam de que natureza forem. *Temos* o dever nacional de não deixar perder a oportunidade que se nos oferece. (Mário Soares, 1986)

São estratégias comunicativas de mitigação de atos ameaçadores da face (FTA), que preservam as imagens dos participantes no evento discursivo e as relações institucionais. A falta de precisão na interpretação referencial permite ao presidente posicionar-se contra os deputados, os partidos ou

o governo, ou ainda setores da sociedade civil, sem pôr em risco a coesão nacional, ou a colaboração entre os órgãos institucionais.

3.1.3. Se: um enunciador coletivo em contextos de negatividade

Se é, prototipicamente, um pronome da não-pessoa, mas o seu caráter indeterminado permite outros usos dêixicos. É então equivalente a *nós* inclusivo ou mesmo a *eu*.

Nos discursos comemorativos presidenciais, o pronome *se* é raramente utilizado, contrariamente à nossa hipótese. Só Ramalho Eanes é a exceção. O contexto político é fundamental para compreender este afastamento. À época, existia uma forte tensão, bem conhecida dos portugueses, entre o presidente e o parlamento. Portanto, são críticas graves aos adversários que ele apaga sob esta designação, como em (16), mas que o contexto linguístico de negatividade (*agitação e desrespeito pelas leis; violar os preceitos*) aliada à polarização de espaços (*lá fora vs aqui/nesta Assembleia*) põe em relevo:

- (16) Não *se* pode ser democrata *nesta Assembleia* e fomentar *lá fora* a *agitação* e o *desrespeito* das leis.
Aplausos do PS, PSD, CDS e PCP.
Não *se* pode *viol*ar *lá fora* os *preceitos* que *aqui se* votam. (Ramalho Eanes, 1977)

Neste excerto, opacifica-se a identificação referencial da voz coletiva, em particular, a integração ou exclusão do alocutário. *se* está em vez de “vós, alguns dos partidos com assento no parlamento”. É um ato indireto de culpabilização. Os aplausos dos 4 partidos políticos são importantes para a compreensão dos processos interpretativos em curso, pois sinalizam a adesão explícita às palavras do presidente, ao PDV veiculado, enquanto se demarcam da responsabilidade por um hipotético envolvimento em movimentos conspirativos. Importa, no entanto, sublinhar que a composição do parlamento na altura expõe os destinatários visados pelo locutor.

A plasticidade do pronome *se* aproxima-o de outros usos de *nós*, nomeadamente quando faz referência ao povo português, ou aos democratas em geral, incluindo o próprio locutor-presidente. Em (17), o tópico em curso, apelando à solidariedade nacional, numa sociedade competitiva, mas inclusiva, sustenta o processo inferencial de delimitação do grupo.

- (17) Assumir como desígnio colectivo a protecção dos que vão resvalando, lenta e invisivelmente, para a margem de *uma sociedade que se quer competitiva e dinâmica, mas também justa e inclusiva*. (Cavaco Silva, 2006)

Seja qual for o caso, o destinatário identifica o referente discursivo que mais lhe convém e, em consequência, opta, ou não, por fazer parte do grupo. Esta é a eficácia dos usos aproximativos de referenciação deíctica, que a interação entre *eu, nós, se*, num mesmo enunciado, reforça e complexifica.

- (18) Se o *conseguirmos, seremos* dignos do reconhecimento de uma memória futura. É essa a *minha* ambição. (Cavaco Silva, 2006)
- (19) Não *se* é livre, sem mais. É-*se* livre para pensar e agir, para fazer alguma coisa. Livre para fazer o que a liberdade *nos* permite, nas *nossas* vidas pessoais, na profissão que *escolhemos*, nos projectos que *ambicionamos* levar a cabo, no País que *sonhamos* e *queremos* construir. (Cavaco Silva, 2007)

A escolha de um pronome deíctico constrói e mostra um posicionamento avaliativo do locutor. Para os presidentes, trata-se de preservar a face, de serem credíveis e exercerem o poder.

Quase paradoxalmente, a indeterminação referencial dos deícticos analisados faz emergir uma voz assertiva, genérica, naturalizada, acima da opacidade dos efeitos discursivos do apagamento enunciativo operado pelo uso dos deícticos. Além disso, essas diferentes categorias são estratégicas para o locutor se autodesignar, tomando-se como objeto do discurso. E, por isso, a força assertiva das declarações reverte a favor da imagem do presidente.

4. Conclusão

O que caracteriza e liga as ocorrências das formas de dêixis pessoal, EU, NÓS, SE é a construção de imagens de autoridade e de credibilidade dos presidentes da República Portuguesa.

EU mostra um presidente explicitamente assertivo e credível, que se posiciona perante o evento comemorado, perante o povo e perante as instituições de governo. NÓS e SE, ao contrário, obscurecem esse posicionamento em benefício das vozes coletivas que o locutor gere estrategicamente. Os pronomes analisados, num *continuum* de valores deícticos, determinam

os modos de presença do locutor, ou seja, do presidente, no seu discurso, em relação aos outros, sejam eles participantes presentes, ou ausentes, no espaço físico da interação discursiva em curso. A estratégia de indeterminação do referente discursivo permite que o locutor se apague para melhor dizer, e convencer.

No que diz respeito aos participantes no evento discursivo, vemos a importância de uma categorização aproximativa:

1. no apagamento da voz do locutor, diluída num grupo de vozes de limites difusos;
2. na ocultação do alocutário como voz enunciativa e destinatária de atos de crítica;
3. no dinamismo da imagem presidencial, de um locutor responsável por esta “multiplication de sources énonçantes” (Rabatel, 2004, p. 19).

Expressar-se por meio de uma referência aproximativa é colocar-se em segundo plano para melhor impor a sua agenda; trata-se, na verdade, de construir uma posição alta (legítima), mas não ameaçadora.

O locutor mostra no seu discurso vozes diferentes da sua, vozes de autoridade (o povo é soberano), vozes mais ou menos solidárias, e também vozes dissonantes, que critica de forma velada, quer porque o presidente é o garante da unidade nacional, quer porque, no regime semipresidencial português, não tendo poderes legislativos nem executivos, é nos discursos e pelos discursos que impõe a sua voz.

Não esgotámos, nestes usos, a análise dos modos de presença do locutor no seu discurso. Importa, por isso, dar continuidade a estes estudos, na consideração, nomeadamente, de outros mecanismos linguístico-discursivos presentes.

Referências

Adam, J.-M. (2005). *La linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours*. Armand Colin.

Alegre, M. (2011). *Manifesto eleitoral*. <http://www.manuelalegre.com/302000/1/001485,000001/index.htm>.

- Amossy, R. (2000). *L'argumentation dans le discours*. Nathan.
- Bakhtine, M. (1984). *Esthétique de la création verbale*. Gallimard
- Bazzanella, C. (2011). Indeterminacy in dialogue. *Language and Dialogue* 1 (1), 21-43.
- Benveniste, E. (1974). *Problèmes de linguistique générale*, 2. Gallimard.
- Carapinha, C. (2005a). Vagueness and judicial argumentation. In F. Oliveira & I. M. Duarte (orgs), *Da língua e do discurso* (pp. 563-577). Campo das Letras.
- Carapinha, C. (2005b). *Contributos para a análise da linguagem jurídica e da interação verbal na sala de audiências* (tese de doutoramento). Universidade de Coimbra.
- Cavalcante, M. et al (eds). (2003). *Referenciação*. Ed. Contexto.
- Carreira, M. H. (2004). Les formes allocutives du portugais européen : évolutions, valeurs et fonctionnements discursifs. In: F. Blanco & J. Aménos (eds.), *Coloquio pronombres de segunda persona y formas de tratamiento en las lenguas de Europa*. Instituto Cervantes. http://cvc.cervantes.es/obref/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_araujo.pdf.
- Charaudeau, P. (2005). *Le Discours politique. Les masques du pouvoir*. Vuibert.
- Desmarchelier, D. (2005). Le sens du texte : entre opacité statistique et transparence énonciative. *Corpus* 4 <http://corpus.revues.org/372>
- Duarte, I. M., & Marques, M. A. (2014). As formas pronominais EU / TU – valor genérico e distanciação. *Revista Galega de Filoloxía* 15, 69-85. <https://doi.org/10.17979/rgf.2014.15.0.3626>.
- Ducrot, O. (1984). *Le dire et le dit*. Ed. Minuit.
- Fonseca, F. I. (1996). Deixis e Pragmática Linguística. In I. H. Faria et al. (org.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa* (pp. 437-445). Caminho.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1980). *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*. A. Colin.
- Lorda Mur, C. (2005). La désignation des acteurs dans un discours de justification : Jacques Chirac et le conflit de l'Irak. *Marges Linguistiques* 9, 232-241.
- Lopez Diaz, M. (2003). La parole approximative. *Verba* 30, 411-430. <http://hdl.handle.net/10347/3408>
- Marques, M. A. (2000). *Funcionamento do Discurso Político Parlamentar – a organização enunciativa no Debate da Interpelação ao Governo*. CEHUM – Universidade do Minho.
- Marques, M. A. (2014). Palavra de Presidente: construção da autoridade nos discursos de Abril. *forma breve* 11, Universidade de Aveiro, 297-311. <https://doi.org/10.34624/fb.v0i11.5416>.
- Micheli, R., & Pahud, S. (2012). Options épistémologiques et méthodologiques de l'analyse textuelle des discours : l'exemple d'un corpus de slogans politiques. *Langage et Société*, 89-101. <https://doi.org/10.3917/l.s.140.0089>

Moirand, S. (2005). Le dialogisme, entre problématiques énonciatives et théories discursives. *Cahiers de praxématique* 43, 189-220. <https://doi.org/10.4000/praxematique.1853>

Mondada, L., Dubois, D. (1995). Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référénciation. *Tranel (Travaux Neuchâtelois de Linguistique)* 23, 273-302.

Powell, M. J. (1985). Purposive vagueness: An evaluative dimension of vague quantifying expressions. *Journal of Linguistics* 21, 31-50.

Rabatel, A. (2001). La valeur de «on» pronom indéfini/pronom personnel dans les perceptions représentées. *L'information grammaticale*, 88, 28-32. <https://doi.org/10.3406/igram.2001.2726>

Rabatel, A. (2004). Stratégies d'effacement énonciatif et posture de surénonciation dans le Dictionnaire philosophique de Comte-Sponville. *Langages* 156, 18-33. <https://doi.org/10.3917/lang.156.0018>

Rabatel, A. (2019). Énonciateurs Premiers, Seconds, Points de Vue, Modalité et Intentionnalité aux Défis de l'Interprétation. *Recherches en Langue et Littérature Françaises* Vol. 13, 23, 165-188

Raposo, E. (2020). Concordância Verbal. In Raposo, E., Nascimento, M. F., Mota, M. A., Seguro, L., & Mendes, A. (orgs), *Gramática do Português* (pp. 2425-2495). Fundação C. Gulbenkian.

Viollet, C. (1988). Mais qui est-on ? Etude linguistique des valeurs de on dans un corpus oral. *Linx* 18, 67-75. https://www.persee.fr/doc/linx_0246-8743_1988_num_18_1_1093

Vigara Tauste, A. (1966). Espanol coloquial. Expresion del sentido por aproximacion. In T. Kotshi, W. Oesterreicher & K. Zimmermann (eds.), *El Español hablado y la cultura oral en España e Hispanoamérica* (pp. 15-44). Iberoamericana.

Voghera, M. (2013). A case study on the relationship between grammatical change and synchronic variation. The emergence of Tipo [-N] in Italian. In A. Ramat, C. Mauri & P. Molinelli (eds), *Synchrony and Diachrony. A dynamic interface* (pp. 283-311). John Benjamins.

Zupnik, Y.-J. (1994). A pragmatic analysis of the use of person deixis in political discourse. *Journal of Pragmatics* 21, 339-383. [https://doi.org/10.1016/0378-2166\(94\)90010-8](https://doi.org/10.1016/0378-2166(94)90010-8)